

CORPOS NEGROS E ATIVISMO DIGITAL: A ESTÉTICA E A PERFORMANCE COMO FORMAS DE RESISTÊNCIA POLÍTICA NAS REDES SOCIAIS

BLACK BODIES AND DIGITAL ACTIVISM: AESTHETICS AND PERFORMANCE AS FORMS OF POLITICAL RESISTANCE ON SOCIAL MEDIA

Resumo: Este estudo objetiva analisar como sujeitos negros utilizam a estética e a performance como formas de resistência política nas redes sociais. A pesquisa parte do reconhecimento de que, embora esses espaços ofereçam maior visibilidade a narrativas racializadas, ainda operam com lógicas de exclusão sustentadas por algoritmos e padrões normativos que afetam negativamente os corpos negros. Com base em referenciais como a colonialidade do poder, o racismo estrutural e as epistemologias insurgentes, o trabalho discute como práticas visuais e performativas tensionam essas estruturas e constroem modos alternativos de subjetivação e produção de sentido. A abordagem metodológica é qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise teórica. Conclui-se que a presença negra nas redes sociais não apenas contesta os mecanismos de silenciamento, mas também propõe novas formas de existir, comunicar e produzir conhecimento no ambiente digital.

Gabryella Malveiras Correa¹

¹Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Jataí – UFJ.

Palavras-chave: Corpos racializados. Ativismo digital. Estética. Performance. Redes sociais.

Abstract: This study aims to analyze how black individuals use aesthetics and performance as forms of political resistance on social media. The research is based on the recognition that, although these spaces offer greater visibility to racialized narratives, they still operate with logics of exclusion sustained by algorithms and normative standards that negatively affect black bodies. Based on references such as the coloniality of power, structural racism, and insurgent epistemologies, the work discusses how visual and performative practices put these structures under tension and construct alternative modes of subjectivation and production of meaning. The methodological approach is qualitative, based on a bibliographic review and theoretical analysis. It is concluded that the black presence on social media not only challenges the mechanisms of silencing but also proposes new ways of existing, communicating, and producing knowledge in the digital environment.

Keywords: Racialized bodies. Digital activism. Aesthetics. Performance. Social networks.

INTRODUÇÃO

As redes sociais estão se consolidando como espaços de expressão política de grupos historicamente marginalizados. No contexto brasileiro, plataformas como Instagram e “X”

(antigo Twitter) têm sido utilizadas por pessoas negras como meio de afirmar suas identidades, de construir formas alternativas de pertencimento, produção de saber e canais de denúncia do racismo estrutural. Contudo, a presença desses sujeitos no meio digital não

ocorre de forma neutra ou acolhedora. Em que pese os avanços em termos de visibilidade de articulação, as plataformas digitais possuem uma configuração que reproduz desigualdades, seletividades algorítmicas e processos simbólicos de silenciamento.

Nesse contexto, a estética e a performance surgem como meios de resistência dos corpos negros que se apresentam de forma afirmativa nas redes, opondo-se às representações historicamente associadas à desumanização, ausência e marginalização. Quando apresentam a si mesmos destacando os traços afrocentrados, cabelos naturais, vestimentas ancestrais ou recursos visuais que remetem à cultura negra, por exemplo, performam sua existência e vão de encontro aos padrões eurocêtricos de beleza e humanidade construídos pelo colonialismo.

Para decifrar essa dinâmica, é preciso recorrer a um quadro teórico que desvele as interseções entre poder, racialização e produção de conhecimento no contexto digital. A colonialidade do saber, longe de ser um fragmento do passado, manifesta-se nos algoritmos que governam a visibilidade online, assim como o racismo estrutural se reatualiza nas políticas de moderação de conteúdo. Simultaneamente, as epistemologias nascidas dessas lutas digitais desafiam os cânones acadêmicos, propondo formas outras de validação do conhecimento que passam pelo compartilhamento viral, pela

estética dos memes ou pela oralidade das lives. O resultado é um campo de disputa complexo, onde a tecnologia não é apenas palco, mas agente ativo nas batalhas por reconhecimento epistêmico.

Para Quijano (2005), o colonialismo não se restringe à dominação político-econômica de um território por outro, mas institui uma ideia persistente de classificação social baseada em raça, gênero, cultura e localização geográfica. Essa lógica, que permanece mesmo após os processos formais de independência, estrutura hierarquias globais de poder, conhecimento e ser, influenciando os modos pelos quais diferentes sujeitos são reconhecidos, escutados ou silenciados. Assim, o padrão de poder colonial não apenas sobrevive, mas se reinventa continuamente, inclusive nas plataformas digitais, onde as hierarquias de visibilidade, autoridade e produção discursiva reproduzem assimetrias racializadas.

A compreensão do racismo como elemento constitutivo da formação social brasileira, conforme elaborada por Lélia Gonzalez (1982), contribui para articulação desse marco, sendo um fenômeno que ultrapassa atitudes individuais, inscrito nas engrenagens institucionais, jurídicas, econômicas e culturais da sociedade. O racismo opera como um princípio organizador do tecido social brasileiro, naturalizando desigualdades e inviabilizando trajetórias de pessoas negras e indígenas. No ambiente

digital, essas estruturas se refletem na forma como os algoritmos regulam o acesso à visibilidade e na reprodução de estereótipos que afetam negativamente esses grupos. A racialização algorítmica não é um efeito colateral da tecnologia, mas sim uma atualização dos mecanismos de exclusão já operantes na sociedade analógica.

Walsh (2009) critica a hegemonia do saber moderno-ocidental ao propor a ideia de epistemologias insurgentes. As populações subalternizadas historicamente foram alvo de epistemicídio, conceito que remete ao apagamento sistemático de suas formas de conhecer, narrar e interpretar o mundo. As epistemologias insurgentes, por sua vez, são aquelas construídas a partir da resistência e da experiência vivida, situadas em contextos locais e ancoradas em outras racionalidades, muitas vezes coletivas, orais, estéticas e espirituais. A presença dessas epistemologias no ambiente digital representa, portanto, não apenas uma denúncia, mas uma alternativa ativa à colonialidade do saber, ao inserir outros modos de existência e compreensão no circuito público de produção discursiva.

Neste sentido, os estudos de Butler (2003) e autoras como Kilomba (2019) e Gonzalez (1988) oferecem ferramentas para compreender o corpo racializado como espaço performativo e político. A teoria da performatividade permite analisar como os sujeitos constroem e reconstroem suas identidades por meio de atos reiterativos que

produzem efeitos de sentido sobre o corpo, a sexualidade, o gênero e a raça. Nas redes sociais, essa performatividade é intensificada pela visibilidade da imagem e pela possibilidade de narrar-se diretamente, rompendo, em parte, com os filtros das instituições tradicionais de mediação.

A COLONIALIDADE DO CORPO E DA IMAGEM

A construção do corpo negro como "outro" é um dos pilares simbólicos do projeto colonial moderno. Autores como Fanon (2008) e Mbembe (2018) abordam de forma contundente como o corpo racializado foi inscrito em regimes de significação que o associam à inferioridade, à animalização, à hipersexualização e à sujeição. Essa representação não apenas legitimou a escravidão, a violência e a desumanização durante o período colonial, mas também produziu um imaginário duradouro que continua operando nas estruturas sociais contemporâneas.

Para Fanon (2008), a experiência do corpo negro em sociedades racializadas é marcada pela percepção distorcida criada através de um olhar branco normativo sobre o sujeito negro, que parte de uma identidade negativa construída externamente. Na obra *Pele negra, máscaras brancas*, é realizada a análise de como o corpo negro é constantemente objetificado e exposto à

interpelação racista, sendo visto como ameaça, fetiche ou carência, e nunca como sujeito pleno de direito, e a alienação corporal gerada por esse tipo de construção reflete na subjetividade do indivíduo e em sua inserção social.

Mbembe (2018) amplia essa análise ao discutir a noção de necropolítica, que diz respeito ao controle do corpo negro a partir da exposição à violência, à precarização da vida e à morte social. Em sua crítica à racionalidade moderna ocidental, ele mostra como os corpos negros foram historicamente submetidos a uma política da exceção, na qual o valor da vida é relativizado conforme a raça. Nesse sentido, a corporeidade negra é historicamente gerida como excedente descartável ou como objeto de espetáculo e controle.

Esse regime de representação, embora originado no contexto colonial atualiza-se em formas contemporâneas de controle e invisibilização. A colonialidade do corpo, portanto, não se refere apenas a práticas explícitas de exclusão, mas também a dinâmicas sutis, como os filtros estéticos, os algoritmos e as normas de visibilidade que operam nas redes sociais. Tais mecanismos reforçam padrões eurocêtricos de beleza e respeitabilidade, tornando mais visíveis certos corpos, geralmente brancos, magros, cis e heterossexuais, e marginalizando ou exotizando corpos dissidentes.

Nesse contexto, a imagem do corpo

negro é constantemente tensionada entre o apagamento e a hipervisibilidade estereotipada. A presença de sujeitos racializados nas plataformas digitais não é, portanto, neutra. Ela ocorre em um campo de disputas simbólicas que reflete e reproduz as hierarquias raciais e coloniais. Como mostram estudos recentes no campo das tecnopolíticas, os algoritmos, embora muitas vezes apresentados como neutros, operam com base em lógicas de mercado e bancos de dados enviesados, que reproduzem desigualdades históricas e reforçam o silenciamento de corpos não hegemônicos (Noble, 2018).

Estética como linguagem política

A produção estética de pessoas negras, especialmente de mulheres, tem operado como uma forma de resistência simbólica às normas hegemônicas de representação. Para bell hooks (2019), a estética negra deve ser compreendida como um campo político, onde disputas por significado, identidade e pertencimento são constantemente travadas. A autora observa que elementos visuais e corporais, como roupas, cabelos, adornos e modos de estar, não são meros aspectos culturais, mas práticas sociais carregadas de intenção política, especialmente quando confrontam padrões eurocentrados de beleza e conduta.

A desvalorização da estética negra no Brasil parte da ideia histórica de exclusão em que o corpo negro é visto como um “não”

referencial de humanidade, como dito por Kilomba:

Historicamente, o cabelo único das pessoas negras foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos (Banks, 2000; Byrd e Tharps, 2001; Mercer, 1994). Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de "primitividade", desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como "cabelo ruim". Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisar o "cabelo ruim" com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados "sinais repulsivos" da negritude. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou "black" e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação a "raça", gênero e beleza. Em outras palavras, eles revelam como negociamos políticas de identidade e racismo - pergunte a Angela Davis! (Kilomba, p.127, 2019).

A afirmação da estética afro-brasileira, nesse contexto, se constitui como meio de reapropriação do corpo e de suas implicações sociais. Longe de ser apenas modismo, a

personalidade demonstrada com o uso de cabelo natural, roupas de inspiração africana, acessórios tradicionais e turbantes, funciona como formas de insurgir-se diante de uma história marcada pelo apagamento e pela violência. Quando resiste às normas culturais ocidentais, como alisar o cabelo ou o branqueamento da pele, eles criam o que pode ser chamado de uma "contracultura". (Carneiro, 2005; Roshani, 2020).

Tal disputa é expressa no cotidiano atual em espaços de visibilidade, como as redes sociais, em que a imagem é vista como elemento principal de comunicação. Gomes (2017) afirma que as práticas visuais adotadas por mulheres negras têm função de pedagogia da presença e produzem novos sentidos sobre o corpo, rompendo com a ideia dominante que associa o negro à marginalidade e à ausência de valor estético. Nesse sentido, a centralidade da imagem nas redes sociais amplia o alcance dessas disputas estéticas e políticas, uma vez que os processos de autorrepresentação passam a ocorrer em ambientes marcados pela circulação intensa de signos visuais e pela disputa em torno da visibilidade de determinados corpos.

É por meio dessa linha de pensamento que parte da literatura passa a compreender a visibilidade de corpos negros nas redes sociais não apenas como expressão identitária, mas como forma de intervenção política sobre regimes marcados historicamente pela subalternização racial. Tornar-se visível não

significa apenas ocupar um espaço imagético já constituído, mas disputar as próprias condições de reconhecimento e visibilidade no espaço público. Schneider (2017), ao examinar as práticas visuais associadas ao movimento internacional “Black Lives Matter”, interpreta tais manifestações como ações estéticas e artísticas capazes de redistribuir o sensível, na medida em que reinscrevem a herança da escravidão na consciência pública moderna.

Essa formulação permite chegar à compreensão de que a circulação de imagens, performances e signos nas plataformas digitais participa de uma disputa mais ampla em torno da memória, da violência e da presença pública negra. Ao reinscrever a herança da escravidão no campo do visível, as práticas analisadas por Schneider (2017) deslocam a aparência de neutralidade dos regimes hegemônicos de visualidade e evidenciam seu caráter seletivo. A estética, nesse quadro, deixa de aparecer como plano acessório da ação política e torna-se dimensão constitutiva das formas de percepção social, uma vez que intervém nos modos pelos quais certos corpos passam a ser vistos, nomeados e interpretados.

No âmbito brasileiro, Rodrigues e Pereira (2023) aprofundam essa problemática ao analisar o ativismo feminista negro digital a partir das experiências de Blogueiras Negras e do grupo “Afrodengo” no Facebook. As autoras demonstram que esse ativismo se

estrutura em torno de políticas estéticas e afetivo-sexuais, por meio das quais a subjetividade deixa de ocupar um lugar privado e passa a ser elaborada como matéria política. Trata-se de um deslocamento importante, porque auxilia na percepção de que a ação política digital não se organiza apenas através de reivindicações institucionais ou de discursos programáticos, mas também por meio da produção de linguagens, sensibilidades e formas de existência que desafiam padrões dominantes de raça, gênero e desejo.

Ao sustentarem que esse ativismo também contribui para a politização da subjetividade, Rodrigues e Pereira (2023) oferecem uma chave interpretativa importante para a compreensão dessas práticas. O conceito das autoras impede leituras unilaterais, seja no sentido de reduzir tais experiências a expressões de individualismo, seja no de concebê-las como formas de resistência. Mais produtivo é reconhecer que a politização da subjetividade, especialmente em suas dimensões estéticas e afetivo-sexuais, surge em um terreno atravessado por tensões, no qual as formas de autoexpressão podem, simultaneamente, dialogar com questões individualizantes e produzir mudanças importantes nas formas de reconhecimento, pertencimento e contestação.

Desse modo, o diálogo entre Schneider (2017) e Rodrigues e Pereira (2023) sugere que a visibilidade digital de corpos negros

deve ser compreendida como prática política situada na articulação entre estética, memória, subjetividade e disputa por reconhecimento. Longe de constituir fenômeno superficial, essa visibilidade integra processos mais profundos de reorganização do sensível e de enfrentamento de regimes históricos de apagamento. Ao mesmo tempo, o potencial político dessas práticas não elimina suas ambiguidades, mas antes revela que a disputa por visibilidade se desenvolve no interior de estruturas sociais contraditórias, nas quais reconhecimento, contestação e captura podem coexistir.

Performance, corpo e subjetividade

Butler (2018), através da teoria da performatividade, oferece uma base para entendimento do corpo como espaço de construção e reconstrução de identidade através de atos e representações. Sendo um processo performativo que tem o poder de subverter normas sociais e culturais, a identidade não é fixa ou essencial. Tal perspectiva, quando aplicada ao corpo negro, permite analisar como a performance corporal funciona como estratégia de resistência frente à normatividade branca.

Autoras negras como Grada Kilomba e Lélia Gonzalez ampliam essa discussão, ressaltando que o corpo negro não apenas resiste, mas também cria novas formas de subjetividade em contextos marcados pela colonialidade. Kilomba (2019), por exemplo,

aponta que a experiência racializada carrega uma memória histórica de opressão, mas também potencializa a emergência de narrativas que rompem com estereótipos e produzem sentidos próprios. Gonzalez (1988) enfatiza o papel da cultura e da ancestralidade na construção dessas identidades, destacando que a subjetividade negra se manifesta em múltiplas dimensões — corporal, política e simbólica.

A participação em abordagens antirracistas contribui para o fortalecimento da autoestima e da autoidentificação com a identidade racial e étnica entre jovens afrodescendentes. O sentimento positivo e de pertencimento em relação a um grupo étnico-racial impacta diretamente no desenvolvimento da autoestima pessoal e sentimento de realização entre os jovens. Nesse contexto, a atuação dos jovens ativistas fornece a base para formação de grupos que atuam com o objetivo de inspirar pessoas a combater o auto-ódio, fixar esforços e atuar em conjunto como cidadãos, lutando contra a hegemonia das narrativas dominantes e dos discursos racistas. Ao libertar-se do sentimento de culpa, com a consciência de que ser jovem e negro não são traços negativos impostos pela sociedade, os jovens passam a obstruir as narrativas opressivas e a resistir contra a exclusão através da performance.

O processo de reconhecimento da identidade afrodescendente leva ao

reconhecimento e identificação de ocorrências de racismo. Com isso, os jovens ficam mais preparados para enfrentar tais situações, tanto nas situações offline quanto nos ambientes digitais. A partir do apoio de lideranças juvenis e de iniciativas antirracistas, eles têm ocupado espaços nas mídias sociais, tornando visíveis suas vivências e posicionamentos (Roshani, 2020).

Ao se expressar nas redes sociais através de vídeos, imagens e textos, essa nova expressão da performance do corpo negro cria novas formas de viver e de interagir com a sociedade, enfrenta a exclusão e a invisibilidade causada pela influência do colonialismo, valoriza identidades marginalizadas e desafia padrões hegemônicos.

Ativismo digital e tecnopolíticas

O ativismo digital protagonizado por pessoas negras tem sido objeto de estudos que destacam o potencial das redes sociais como espaços para a articulação de pautas antirracistas, mas também apontam os limites e contradições desses ambientes. Pesquisadores como Silva (2020) e Almeida (2019) evidenciam que, apesar da ampliação da visibilidade e do engajamento político proporcionados pelas plataformas digitais, esses espaços não estão isentos de dinâmicas de exclusão e controle racial.

Ambientes online desempenham um papel fundamental na

reprodução do racismo. As novas tecnologias virtuais facilitaram a disseminação de mensagens racistas de natureza “prática e não-prática” (Rajagopal, 2002, p. 2). A internet pode servir como uma ferramenta para reforçar uma mensagem coletiva e pode até mesmo motivar atos de violência via posts implícitos e explícitos (Rajagopal, 2002; Nakamura, 2010). Com a capacidade de ressoar com os defensores do perpetrador, as expressões de ódio podem intensificar as discriminações e criar um contexto de medo e terror (Roshani, p.46, 2020).

No Brasil, por exemplo, o ativismo digital antirracismo tem sido utilizado pelos jovens negros em uma infinidade de meios para promover experiências e perspectivas mal representadas em uma sociedade que deseja silenciar diálogos sobre racismo institucionalizado. O ativismo digital antirracismo compõe a passagem do luto à luta, reformulando a herança cultural e identidades, aumentando oportunidades, reconstituindo a cidadania, a participação cívica, resistindo às desigualdades estruturais e históricas e moldando o debate público (Roshani, 2020). Esse movimento é chamado por Guerreiro (2016, p. 1) de Terceira Diáspora “o deslocamento e a recriação de signos - ícones, modos, músicas, filmes, livros - causados pelo circuito de comunicação da diáspora negra vivendo um processo de recriação de repertórios culturais e ideológicos conectados pela globalização eletrônica e pela web”.

Nesse sentido, tem-se o conceito de tecnopolíticas digitais para compreender as estratégias de resistência que emergem no ambiente online, ao mesmo tempo em que fazem a análise das estruturas algorítmicas que controlam a circulação de dados e informações. A estrutura algorítmica, marcada por interesses comerciais e alimentadas por bases de dados historicamente enviesadas, acaba restringindo o alcance de conteúdos produzidos por sujeitos racializados, o que configura formas modernas de apagamento e silenciamento.

Essa tensão entre visibilidade e invisibilidade, apropriação e controle, revela que as redes sociais são arenas de disputa simbólica, onde a produção de saberes e narrativas antirracistas enfrenta barreiras institucionais e tecnológicas. Assim, as tecnopolíticas digitais não se limitam ao uso da tecnologia, mas envolvem uma reflexão crítica sobre os mecanismos que mediam as relações sociais e políticas nesses espaços.

A ambivalência do digital: entre visibilidade e silenciamento

Conforme apontam Silva (2020) e Noble (2018), os algoritmos que regulam a circulação dos conteúdos reproduzem, de forma estrutural, desigualdades raciais presentes na sociedade. Esse viés algorítmico resulta em práticas como o “shadow banning”, a ocultação ou restrição silenciosa de publicações, que afetam especialmente

conteúdos produzidos por criadores negros.

Conteúdos que abordam temas delicados, como racismo, violência policial, necropolítica ou genocídio da população negra, comumente sofrem com censura, tendo seu alcance diminuído. Essas questões mostram que o espaço digital também pode reforçar violências que ao longo da história marginalizou corpos e conhecimentos racializados. Ainda que menos aparente do que as formas de exclusão que ocorrem no plano físico, a censura no ambiente digital acontece e tem o propósito de exercer o poder e o controle, escolhendo quem tem permissão para falar e ser escutado.

Estudos recentes indicam que as práticas de moderação automatizada nas redes sociais tendem a sub-representar discursos antirracistas, pois os algoritmos são treinados em bases de dados marcadas por preconceitos históricos. Além disso, a baixa diversidade entre moderadores humanos pode resultar em decisões que ignoram contextos culturais específicos, aumentando a vulnerabilidade de conteúdos produzidos por pessoas negras. Em resposta, coletivos ativistas têm adotado estratégias criativas para driblar essas barreiras, como o uso de linguagens cifradas e a criação de espaços digitais autônomos, reforçando a resiliência do ativismo no ambiente online. (Noble, 2018; Silva, 2020)

Estratégias de resistência e construção de espaços digitais autônomos como

enfrentamento à lógica colonial no ambiente digital

Embora as redes sociais sejam ferramentas importantes para a visibilidade e articulação de pautas antirracistas, apresentam limitações estruturais decorrentes dos algoritmos e das políticas de moderação. Diante desses obstáculos, sujeitos racializados desenvolvem estratégias que visam ampliar sua presença e garantir a circulação de suas mensagens. Essas estratégias incluem o uso de linguagens específicas, a adoção de hashtags alternativas e a criação de redes coletivas de apoio, buscando contornar os mecanismos de exclusão presentes nas plataformas digitais (Noble, 2018; Silva, 2020).

Essas práticas também desafiam o monopólio epistêmico das instituições tradicionais ao promoverem saberes produzidos na experiência e na coletividade. Para Walsh (2009), as epistemologias insurgentes nascem da resistência e operam em campos que ultrapassam o modelo moderno-ocidental de conhecimento, inserindo no debate público formas de pensar, narrar e existir que foram historicamente marginalizadas. Nesse sentido, as redes sociais tornam-se não apenas canais de visibilidade, mas também territórios de produção e circulação de conhecimento.

Além disso, há um movimento crescente de construção de espaços digitais autônomos, que funcionam como ambientes seguros para a produção e compartilhamento

de saberes e experiências que não encontram espaço nas plataformas comerciais. Esses espaços possibilitam o fortalecimento de identidades e narrativas marginalizadas, afastando-se das dinâmicas mercadológicas que dominam as grandes redes sociais (Walsh, 2009).

Os sistemas digitais são atravessados por vieses raciais que operam na própria arquitetura das plataformas. O ativismo digital desenvolvido nesses contextos articula denúncias com práticas pedagógicas que buscam empoderar coletivos historicamente excluídos, promovendo uma produção de conhecimento crítica e situada. Dessa forma, as estratégias de resistência digital não apenas reagem às formas de apagamento, mas também criam novas possibilidades de subjetivação e de disputa simbólica no espaço público contemporâneo. Assim, o enfrentamento promovido por sujeitos negros nas redes não se limita à ocupação do espaço, mas propõe uma reconfiguração das formas de reconhecimento, autoridade e saber que operam nesses ambientes (Almeida, 2019).

Neste sentido, as estratégias de resistência digital podem ser compreendidas não apenas como respostas pontuais aos mecanismos de silenciamento impostos pelas plataformas, mas como práticas de desestabilização de uma ordem informacional que reproduz hierarquias raciais sob aparência de neutralidade técnica. A crítica formulada por Noble (2018) possibilita sustentar que os

sistemas digitais não apenas organizam fluxos de informação, mas também classificam, priorizam e distribuem visibilidade segundo configurações que podem reforçar estereótipos e desigualdades já presentes na vida social. Desse modo, a disputa travada por sujeitos racializados no ambiente digital envolve também uma disputa pelos próprios critérios de legibilidade, relevância e autoridade que estruturam a circulação de conteúdos nesses espaços.

Sob esse enfoque, a criação de redes de apoio, repertórios linguísticos próprios e espaços digitais autônomos adquire significado que ultrapassa a dimensão instrumental da comunicação. Trata-se, também, da constituição de frestas a partir das quais experiências, narrativas e formas de conhecimento historicamente desautorizadas podem ganhar circulação sem se submeter integralmente às mediações impostas por plataformas orientadas por interesses mercadológicos. Em diálogo com Walsh (2018), tais práticas podem ser lidas como expressão de saberes insurgentes, isto é, como formas de elaboração coletiva que emergem da resistência e confrontam a pretensão universalizante do modelo moderno-ocidental de conhecimento.

Nesses termos, a autonomia digital não se reduz à criação de ambientes tecnicamente separados das grandes plataformas, mas envolve a possibilidade de trazer outros

modos de narrar, interpretar e partilhar a experiência social. O que está em jogo, portanto, não é apenas ampliar presença ou alcance, mas produzir condições para que sujeitos historicamente marginalizados intervenham na definição do que conta como conhecimento legítimo, memória socialmente reconhecida e fala autorizada no espaço público. Essa dimensão é relevante quando se considera, com Almeida (2019), que o racismo estrutura percepções, explicações e sensibilidades sociais, operando de forma difusa nos diversos âmbitos da vida coletiva.

Assim, a resistência digital pode ser entendida como movimento simultaneamente político, epistêmico e pedagógico. Ao enfrentar os filtros de visibilidade, os enquadramentos algorítmicos e os limites das plataformas comerciais, sujeitos negros não apenas denunciam formas contemporâneas de exclusão, mas também constroem novas formas de presença, reconhecimento e produção de sentido. É durante esse processo que os espaços digitais autônomos se afirmam como territórios de enfrentamento à lógica colonial no ambiente digital, na medida em que tornam possível a circulação de saberes situados, a valorização da experiência coletiva e a elaboração de horizontes de existência que escapam, ainda que parcialmente, às gramáticas dominantes de classificação e controle.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi investigar de que maneira estética e a performance se manifestam enquanto meios de resistência política e de resignificação simbólica pelos sujeitos negros nas plataformas digitais. Adotando uma perspectiva teórica alicerçada em autores que examinam a colonialidade do poder, o racismo estrutural e as epistemologias insurgentes, almejou-se perscrutar como tais manifestações expressivas influenciam a busca por notoriedade, validação e criação de significado.

As redes sociais facilitam a disseminação de narrativas racializadas, contudo, também possui vícios que reforçam desigualdades estruturais. Tais vícios se mostram pelos algoritmos e políticas de moderação de conteúdo baseadas em padrões hegemônicos de representação, que limitam o alcance de conteúdos que questionam a normatividade branca. Contudo, ainda assim a estética e o corpo são utilizados pelos corpos racializados como forma de protesto político, transformando sua presença online em atos de revolução e combate à opressão.

Essas práticas não funcionam apenas como uma resposta ao racismo ou à marginalização, mas declaram ativamente que a sociedade pode funcionar com modelos alternativos de existência, de conhecimento e de produção discursiva que vão além do padrão branco eurocêntrico. Ao ocuparem o

espaço digital com sua narrativa criativa e política, esses indivíduos não apenas expõem as estruturas de opressão, mas criam novas regras de comunicação que não dependem da validação do sistema dominante, desafiando os padrões de legitimidade pré-estabelecidos.

Assim, é possível concluir que, para os corpos racializados, as redes sociais não funcionam apenas como meios de afirmação de identidade ou autoexpressão, vão além disso, a estética e a performance ganham significado político no enfrentamento ao racismo estrutural e à herança colonial. Elas simbolizam protestos que questionam as formas explícitas de segregação e as normas invisíveis que reforçam as desigualdades no ambiente digital, expandindo espaços de debate político e da produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** [recurso eletrônico]. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o->

[ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf](#). Acesso em: 26 jun. 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUERREIRO, G. Percepções do Atlântico - antropologia estética, produção de conhecimento e antirracismo. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 21, p. 112-127, 2016.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** : episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2018.

NOBLE, Safiya Umoja. Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism. New York: **New York University Press**, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

pp.227-278.

RODRIGUES, Cristiano; PEREIRA, Bruna Cristina Jaqueto. **Ativismo feminista negro digital: políticas estéticas e afetivo-sexuais**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 67, e236705, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/nyndx9343s8zyxmyndLPrTg/?lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2026.

ROSHANI, Niousha. Discurso de ódio e ativismo digital antirracismo de jovens afrodescendentes no Brasil e Colômbia. In: SILVA, Tarcízio (Org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020. Cap. 3, p. 43–62.

SCHNEIDER, Nicole Anna. **Black Protest on the Streets: Visual Activism and the Aesthetic Politics of Black Lives Matter**. Current Objectives of Postgraduate American Studies, v. 18, n. 1, 2017. DOI: 10.5283/copas.276. Disponível em: <https://copas.uni-regensburg.de/article/view/276>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcízio (Org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020. Cap. 7, p. 120–137.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.